

COMUNICADO

Célula do Partido Comunista Português na TAP – Abril / 2007

Unidade e luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e da TAP como empresa pública



A situação social e económica do nosso país está marcada pelo desemprego maciço, pela falência ou deslocalização de empresas, pelo aumento dos impostos, pelo aumento da pobreza, pela tentativa (do governo e patronato) de levarem à caducidade dos contratos colectivos e AE's, desregulação da organização do tempo trabalho nomeadamente dos horários, pela redução do valor das reformas, etc. o que tem como reverso os lucros fabulosos dos Bancos e grandes empresas.

A tudo isto tem conduzido a política dos últimos trinta anos, de que são responsáveis quer o PSD, quer o PS, este hoje a governar com uma maioria absoluta e completamente rendido aos interesses do grande capital.

Na linha destes interesses do grande capital, o Governo do PS anunciou a privatização da TAP e da ANA.

Se tal objectivo fosse concretizado, estas empresas estratégicas para o País, seriam dadas de bandeja aos capitalistas nacionais e estrangeiros, que delas mais não fariam do que meros instrumentos de obtenção de lucros à custa dos trabalhadores e deixando de ter em conta os interesses nacionais.

São bem conhecidos os efeitos dos processos de privatização, como sejam a redução brutal de postos de trabalho, o aumento da precariedade e das cargas de trabalho, a desregulamentação dos horários de trabalho, a compressão dos custos salariais, etc.

Contrariamente ao que nos querem fazer crer a maioria dos órgãos de informação e os analistas encartados, a passagem da TAP para mãos privadas não é uma necessidade, nem uma fatalidade, nem um fenómeno de modernidade.

Não é uma necessidade, pela simples razão de estar provado que a empresa tem condições para ser viável, sem ajudas do Estado, contando apenas com a capacidade e o empenho dos seus trabalhadores e a preferência dos portugueses pela sua companhia de bandeira.

Não é uma fatalidade, pois que não existe qualquer directiva comunitária nesse sentido.

Tão pouco é moderno, pois não faz qualquer sentido que se entregue uma empresa como a TAP, estratégica para a economia e a independência nacional, a investidores privados, que unicamente buscam a realização dos seus propósitos lucrativistas, custe o que custar.

O Governo do PS diz que vai privatizar a TAP parcialmente, tentando assim convencer os incautos de que o Estado continuará a dirigir.

A experiência diz-nos que depois de iniciada a venda do capital de uma empresa pública, de que são exemplos a PT e a EDP, os accionistas privados dispõem de formas de pressão no sentido de se apoderarem da totalidade do capital e não permitirem que se mantenham as chamadas "golden shares" que, aliás, as instâncias da União Europeia têm vindo a pôr em causa.

É oportuno lembrar a "exemplar" privatização da Sorefame, que teve como proprietárias diversas multinacionais até ao seu encerramento pela Bombardier, desfecho que mandou para o desemprego centenas de trabalhadores.

A TAP, para continuar a servir o País e os portugueses, como já faz há mais de 60 anos, terá que se manter como companhia aérea de bandeira, inteiramente detida pelo Estado, garantindo as ligações com as grandes comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo e com os países lusófonos, com elevados padrões de segurança e de qualidade aos seus passageiros e clientes de manutenção e de carga.

É completamente contrário aos interesses do País fazer à TAP algo semelhante ao que ocorre com a SPdH.

Constituída após a segmentação da actividade de Handling da TAP, a maioria do seu capital está hoje nas mãos de uma multinacional, a Globalia, prestando à TAP, seu maior cliente e também accionista com 43,9% do capital, um serviço que está manifestamente abaixo dos padrões exigíveis, apesar do esforço dos seus trabalhadores, os quais viram pioradas as suas condições de trabalho e de vida com a privatização.

Para os comunistas da TAP e da SPdH é indispensável que todos os trabalhadores tenham consciência de que este não é o caminho.

É preciso exigir ao Governo uma política que efectivamente defenda o aparelho produtivo nacional, que respeite os direitos dos trabalhadores a condições dignas de trabalho e de vida e de reforma.

O CA da TAP, para minimizar a perda do poder de compra em 2006, vem agora instituir um prémio, em detrimento da actualização do vencimento base mensal, que assim se manterá desvalorizado.

Em simultâneo, o CA da TAP persistir em propor aumentos salariais para 2007 que ficam longe da inflação e agravam a desvalorização do vencimento base e pretende também "mexer" no clausulado do AE com a finalidade de retirar aos trabalhadores os direitos que com tanto sacrifício e luta conquistaram desde antes do 25 de Abril.

Para se impedir tudo isto e defender a TAP como empresa pública e de bandeira, o único caminho é o da luta.

Por isso, **os comunistas da TAP e da SPdH apelam à unidade de todos os trabalhadores, para que se mobilizem para participarem activamente em todas as iniciativas de combate e luta contra esta política**, que lesa a economia nacional e em defesa dos seus legítimos interesses e direitos.

Por uma TAP pública, ao serviço do País.

Pela defesa dos postos de trabalho, dos contratos colectivos, de aumentos salariais que reponham o poder de compra, dos direitos e dos interesses dos trabalhadores.